

A DEMOCRACIA É ESSENCIAL PARA COMBATER A POBREZA NA AMÉRICA LATINA?

CLAUDIO CORBO MELO¹; HEMERSON LUIZ PASE³

¹Universidade Federal de Pelotas – claudiocorbo13@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Pelotas – hemerson.pase@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A existência de grandes contingentes populacionais em situação de privação econômica e social invariavelmente revela um sistema político ineficiente no sentido de incorporar o conjunto da população à cidadania e, de outro lado, limita a possibilidade de accountability vertical, o que é elemento essencial para a garantia da qualidade dos procedimentos e da substância da democracia. Ou seja, a pobreza é um problema político e não produtivo, pelo menos até esse momento, a produção de alimentos e bens não é insuficiente, contudo são distribuídos de forma desigual. Invariavelmente os países com maiores índices de pobreza também são aqueles onde os níveis de concentração de riqueza e renda são recordes.

Para enfrentar esse problema, atualmente 18 países latino-americanos e caribenhos desenvolvem políticas públicas específicas para a redução e / ou eliminação da pobreza. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Uruguai desenvolveram programas de transferência de renda (CECCHINI; MADARIAGA apud ROMÃO, 2013, p.3).

Esta pesquisa tem o objetivo de descrever e comparar as políticas públicas que enfrentam o problema social da pobreza em seis países da América Latina: México, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina. Nestes países a primeira similaridade comparativa é a transferência de renda, ou seja, são programas marcados pelo pagamento de um valor em dinheiro aos beneficiários que adquirem o produto ou serviço que julgam adequado.

De maneira geral, esses programas enfrentam a questão da pobreza contribuindo com a sobrevivência material dos beneficiários, possibilitando o acesso a bens primários ligados à alimentação e a higiene, por exemplo. A importância do aspecto da sobrevivência básica é destacado por SEN (2001), para quem os “bens primários são coisas que toda pessoa racional presumivelmente quer e incluem renda e riqueza, portanto meios para qualquer propósito para a busca de diferentes concepções do bem que os indivíduos podem ter” (p.136).

O problema que nos instiga é qual a motivação para esses países empreenderem políticas públicas redistributivas de transferência de renda em benefício dos pobres. Embora aparentemente banal, a questão é relevante se considerado que estes países passaram por processos ditatoriais duros e duradouros que notadamente contribuíram para consolidar elites econômicas nacionais e internacionais. A hipótese que apresentamos é que tais políticas públicas são consequência da redemocratização, da assunção de elites políticas reformistas e de partidos ou coalizões políticas com programas marcados pela concepção do Welfare State.

2. METODOLOGIA

A metodologia de política comparada que maximiza as diferenças para identificar as semelhanças parece a mais adequada para realizar nosso intento. Neste sentido compararemos os seguintes programas: Programa Bolsa Família (PBF) do Brasil, Cercanías, do Uruguai, Tekoporã, do Paraguai, Bono Juancito Pinto, da Bolívia e Asignación Universal por Hijo para Protección Social, da Argentina. A comparação implica na descrição dos países quanto a sua população, pobreza, beneficiários, produto interno bruto (PIB), produto interno bruto para cada cidadão (PIB per Capita), percentual do PIB ou do orçamento público investido no programa. Além disso, destaca-se o processo de redemocratização, o histórico dos programas e a característica dos líderes e partidos ou coalizões políticas que os implantaram.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os programas de transferência de renda possuem diferenças importantes, pois foram desenvolvidos em países e períodos distintos, com diferentes situações econômicas, sistemas políticos, estruturas institucionais e composições populacionais. Contudo, existem algumas semelhanças importantes que, a nosso ver, determinam a constituição dos programas, a relevância da pobreza, a redemocratização e o acesso de lideranças reformistas aos cargos de presidente. As políticas públicas de transferência de renda na América Latina, particularmente no México, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina enfrentam de forma bastante importante o problema social da fome e da pobreza nesses cinco países, cujo diagnóstico original era de parcela importante da população em situação de desnutrição.

O estudo comprova a hipótese de que as políticas públicas de transferência de renda são consequência da redemocratização, da assunção de elites políticas reformistas e de partidos ou coalizões políticas com programas marcados pela concepção do Welfare State.

Contudo, esta pesquisa não esgota o tema e sim evidencia a permanência de uma vasta agenda de estudos sobre as políticas públicas de transferência de renda na região que, inclusive, estão relacionados à nossa incapacidade metodológica. Por exemplo, qual o resultado desses programas: serão instrumentais no sentido de incorporar os beneficiários definitivamente ao mercado consumidor? Serão substantivos ao ponto de contribuir com a condição de cidadania dos beneficiários? A correlação de forças políticas nacionais manterá o consenso em torno da necessidade da sociedade redistribuir recursos públicos para os pobres, através do Estado?

4. CONCLUSÕES

Todos os programas de transferência de renda na América Latina são criados após o período de redemocratização das décadas de 1990 e 2000, que instaura na região a possibilidade de construção de políticas públicas, enquanto materialização da correlação de forças políticas presentes na sociedade nacional. A partir daí, a definição da agenda setting do ciclo de política terá vários momentos e mecanismos de checks and balances da oposição e dos vários grupos de pressão e interesse, bem como dos outros poderes democráticos.

O acesso de elites políticas reformistas coincide com o arrefecimento do entusiasmo com o neoliberalismo como panaceia para resolver a crise fiscal, financeira e a hiperinflação da década de 1980 e com a retomada de perspectivas programáticas de Welfare State e desenvolvimentistas, marcas programáticas dos partidos do espectro político do centro até a esquerda na região.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI. Agência Boliviana de Informação. Disponível em: < <http://www.abi.bo/abi/> > Acesso em: 22 de abril de 2015.

AGIS, Emmanuel; CAÑETE, Carlos; PANIGO, Demian. **EL impacto de la Asignacion Universal por Hijo en Argentina**. Disponível em: <www.fundacion.uocra.org/> Acesso em 28 de abril de 2015.

ANSES. Administración Nacional de la Seguridad Social de la Argentina. Disponível em: <<http://www.anses.gob.ar/>> Acesso em: 27 de maio de 2015.

Asociacion Nacional Republicana. Disponível em: < <http://www.anr.org.py/> >. Acesso em: 27 de maio de 2015.

CAMPELLO M. e CÔRTEZ. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, Ipea, 2013.

CARVALHO, José Murilo de (2007). **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CECCHINI, Simone e MADARIAGA, Aldo. **Condicional Programas de Transferência de Renda: a experiência recente na América Latina e no Caribe (29 de Setembro de 2011)**. Cuadernos de la CEPAL, nº. 95, setembro / novembro de 2011. Disponível em SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=1962666> > Acesso em: 27 de abril de 2015.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **“Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes”**, Revista Brasileira de Ciências Sociais 18 (51): 21-30. 2003.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas. N. 21.

IBGE. 2015. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/paisesat/> >. Acesso em: 21 de abril de 2015.

LOWI, Theodor. **“American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory”**. World Politics, 16: 677-715. 1964

MAINWARING, S. , BRINKS, D. e LIÑÁN, A. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. DADOS — Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº4, 2001, pp. 645 a 687.

MARSHALL, T. H. (1967). **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar.

NASCIMENTO, Aline Fátima do; REIS, Carlos Nelson dos. **Os Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: especificidades de uma realidade que se mantém**. Revista de Políticas Públicas São Luís, v. 13, n. 2, p. 183-193, jul./dez. 2009.

OIT. **World of work report, 2014**. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreportsdcomm/documents/publication/wcms_243961.pdf > Acesso em: 16 de abril de 2015.

RIBAS, Rafael; HIRATA, Guillermo; SOARES, Fábio V. **El programa Tekoporã de transferencias monetárias de Paraguay: un debate sobre métodos de selección de beneficiários**. Revista CEPAL, V.100, p. 209-221, abril de 2010.

ROMÃO, Wagner de Melo. **Os programas de transferência condicionada nos países Andinos: É possível pensar em políticas sociais de âmbito regional?** 4º ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, MG, 2013.

SABATIER, Paul e JENKINS-SMITH, Hank. **Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach**. Boulder: Westview Press. 1993.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo, Editora: Saraiva, 2001.
SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

YAÑEZ, Ernesto; ROJAS, Ronald; SILVA, Diego. **El Bono Juancito Pinto en Bolivia: Un análisis de impacto sobre la educación primaria**. Revista Focal: Diálogo, Investigación, Soluciones, p.1-7, maio de 2011.